

JORNAL DE NOTÍCIAS Porto	27 SET. 1975
JORNAL DO EXERCITO Lisboa	
DIÁRIO DO RIBATEJO	

BRAGA

PROBLEMAS DA UNIVERSIDADE ANALISADOS PELO SEU REITOR

Durante a reunião semanal do Clube Rotário de Braga, foi assunto dominante a actual situação da Universidade do Minho, analisada pelo seu reitor, prof. Lloyd Braga.

Saudado pelo presidente do clube, sr. Joaquim Amado Braga, o reitor da Universidade expôs alguns aspectos da sua instalação, compreendidos entre 17 de Fevereiro do ano passado e 17 do mês corrente, fornecendo elucidativos pormenores sobre os diversos relatórios sectoriais elaborados e remetidos ao M. E. I. C. entre Setembro e Novembro de 1974.

Em 28 de Outubro daquele ano foi a Universidade do Minho informada, porém, de que não tinha sido aprovada a criação de cursos no domínio da História, e em Janeiro do corrente ano foi então superiormente aprovado que, no ano lectivo de 1975-76, se iniciassem os seguintes cursos: Línguas Vivas — Inglês, Francês e Alemão, a cada uma delas correspondendo dois ramos — secretariado e tradutor-intérprete; professores do Ensino Preparatório em três ramos: Línguas Vivas (Inglês+Português e Francês+Português), Matemática e Ciências da Natureza; e tecnologias: Engenharia Têxtil e Engenharia de Produção, esta última com três ramos distintos — Metalomecânica, Sistemas e Têxtil. O curso de Medicina proposto primitivamente não foi autorizado, não obstante as diligências realizadas com o objectivo de o ver aprovado nos moldes programados pela Universidade, que se entendeu serem os mais adequados para a implantação no nosso país de um Serviço Nacional de Saúde.

Para assegurar o funcionamento dos cursos indicados, vai a Universidade dispor, até ao fim do corrente ano, de cerca de 45 docentes, dos quais 27 já foram contratados, 11 aguardam homologação superior para o contrato e 7 serão propostos antes do fim do ano.

Quanto às instalações definitivas, tem a comissão instaladora sempre considerado que elas deverão ser do tipo campo universitário único, não residencial, o que será ainda demorado e está sujeito a divergências e questões de fundo. Foi necessário, por isso, recorrer a instalações provisórias.

Dado que a Universidade dispunha à partida do edifício da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital, com espaço disponível para a instalação de toda a administração central, e atendendo às vantagens em custo e tempo provenientes da concentração numa mesma zona de todas as instalações provisórias, foi decidido localizar em Braga essas instalações. Para esse efeito, foi equacionado o seguinte plano de acção: instalação da administração central conjuntamente com a biblioteca geral e arquivo, naquele edifício; aquisição de um imóvel na Rua de D. Pedro V, no qual é possível instalar: no rés-do-chão e cave, um complexo pedagógico e nos três restantes pisos, gabinete para o pessoal das várias unidades de ensino e investigação, sala de reuniões, uma secção da biblioteca central e um laboratório de computação especialmente destinado ao ensino; construção em terreno alugado, junto ao edifício da Rua de D. Pedro V, de pavilhões desmontáveis que poderão ser posteriormente transferidos para o campo universitário, destinados a laboratórios de ensino e investigação dos domínios das ciências exactas e tecnologias, gabinetes para o respectivo pessoal e oficinas gerais da Universidade; adaptação do

edifício da Rua do Abade da Loureira, que pertenceu à ex-Legião Portuguesa, no qual serão instalados: restaurante «self-service» da Universidade, zona de convívio, Associação de Estudantes, serviços médicos e secção da biblioteca central que disporá de diversas salas de estudo; aquisição de instalações destinadas à residência de alunos e eventualmente a residência temporária de funcionários.

A razão da necessidade de escolher esse local é a de permitir que as instalações do edifício da Rua de D. Pedro V e dos pavilhões desmontáveis constituam um conjunto que, utilizado em globo, permita o funcionamento dos primeiros anos de todos os cursos programados para o arranque em 1975/76. A localização desses pavilhões em terreno mais afastado iria originar maior volume de construções e, portanto, maior encargo e maior prazo para ficarem operacionais.